



**ESTADO DA PARAÍBA**  
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGOA

**PROJETO DE LEI Nº 19/2025**

**AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ESPECIAL PARA FINS QUE ESPECIFICA.**

**A PREFEITA MUNICIPAL DE LAGOA, Estado da paraíba, MARIA RODRIGUES LINHARES DE LIMA, no uso de suas atribuições legais, propõe à CÂMARA MUNICIPAL DE LAGOA o seguinte Projeto de Lei;**

**Art. 1º** Fica aberto no orçamento vigente o crédito especial no valor de R\$ 203.200,00 (Duzentos e Três Mil e Duzentos Reais), conforme dotação orçamentária abaixo especificadas:

<b>20.60</b>	<b>SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO</b>	
12.361.1004.2142	<i>Manutenção da Educação em Tempo Integral – ETI</i>	
<b>546.0000</b>	<b>Transferências do Fundeb – Complementação da União ETI</b>	
3.3.90.32.00	Material, Bem ou Serviço de Distribuição Gratuita	101.600,00
4.4.90.51.00	Obras e Instalações	101.600,00
	<b>TOTAL R\$</b>	<b>203.200,00</b>

**Art. 2º** - Para cobertura da abertura deste Crédito, fica o Poder Executivo Municipal igualmente autorizado a utilizar os recursos previstos nos incisos I, II e III, parágrafo I, art. 43, da Lei Federal N. 4.320, de 17 de março de 1964.

**Art. 3º** - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

**Gabinete da Prefeita Constitucional do Município de Lagoa, Estado da Paraíba, em 28 de Novembro de 2025.**

  
**Maria Rodrigues Linhares de Lima**  
Prefeita Constitucional do Município



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGOA**

*Mensagem do Prefeita*

## **Mensagem da Prefeita**

Senhor Presidente,  
Senhores Vereadores.

A Importância da matéria que ora levamos ao julgo de Vossas Excelências, requer de total atenção de todos nós e que certamente encontrarão nessa augusta Casa Legislativa a devida dedicação que já é costumeira quando do encaminhamento de projetos importantes para o desenvolvimento da nossa terra.

No caso em discussão, a matéria encaminhada, trata da:

**(1) – Projeto de Lei para Abertura de Crédito Especial.** Com o advento da Lei de Responsabilidade Fiscal, muitas mudanças ocorreram como forma de melhor acompanhar o processo de gestão fiscal e, sobretudo, na elaboração e acompanhamento orçamentário. Para tanto, teremos que adaptar os orçamentos a essa nova realidade e com isso, algumas modificações serão necessárias, nesse sentido o crédito ora discutido tem objetivo vincular fontes de recursos á algumas ações de investimentos já previstas na Lei Orçamentária Anual

Assim como em nenhum outro momento, negou esse parlamento autorização legislativa para que o Executivo Municipal exercesse suas prerrogativas, solicitamos de Vossas Excelências a aprovação do projeto de lei em anexo, em todos os seus termos.

Com os cordiais cumprimentos, subscrevemos-nos muito.

**Atenciosamente,**

  
**Maria Rodrigues Linhares de Lima**  
Prefeita Constitucional do Município